

Consumo Agregado Moçambicano: Evolução e Relevância Estratégica

António Francisco e Moisés Siúta

Quando Moçambique conquistou a independência política em 1975, consumia mais do que produzia. De acordo com os dados da versão 7.1 da Penn World Table (PWT 7.1), entre 1960 e 1975 o consumo real per capita aumentou de \$Int. 344 para \$Int. 490 e a produção medida pelo produto interno bruto (PIB) per capita, aumentou de \$Int. 309 para \$Int. 403 (<https://pwt.sas.upenn.edu>). O consumo cresceu a uma taxa média anual de 2,4%, contra 1,8% do crescimento do PIB per capita; uma duplicação do excedente do consumo sobre o PIB de 11% para 21%, na última década e meia do período colonial (Figura 1).

Na primeira década de independência, o novo Estado Soberano, na tentativa de corrigir as políticas económicas anteriores, fracassou ao optar por uma via revolucionária radical e destrutiva, em vez de uma transformação realmente progressista, no sentido de ampliar a riqueza nacional, incentivar a iniciativa individual e privada, a inovação e o empreendedorismo produtivo. Mas o mais irónico, é que a despeito das mudanças radicais implementadas, o Estado acabou por manter a opção de crescimento económico, que teria sido fundamental mudar estrategicamente, a fim de promover a acumulação de excedentes e poupanças domésticas, libertando Moçambique da crónica dependência da poupança externa.

Esta afirmação poderá parecer surpreendente, mas só para quem acredita na virtuosidade das utopias revolucionárias (e foram muitas!) sobretudo, quem recusa admitir que a essência da estratégia de crescimento no período colonial, foi mantida e reforçada para níveis sem precedentes, depois da independência.

Este pequeno texto visa contribuir para o esclarecimento de alguns equívocos, centrando a atenção na evolução e relevância do consumo agregado vis-a-vis o PIB e o produto Nacional Bruto (PNB); este último corresponde ao total dos rendimentos do país, independentemente onde se encontrem os meios de produção (dentro ou fora do país). O texto inspira-se no artigo que irá integrar no próximo livro *Desafios para Moçambique 2015*. Apesar de os factos empíricos serem conhecidos, a literatura revela não terem merecido o devido reconhecimento analítico, para inspirarem o poder explicativo de que carecem as actuais abordagens, sobre o desenvolvimento económico de Moçambique.

“CONTAR COM AS PRÓPRIAS FORÇAS”? QUANDO?

A Independência de Moçambique e sobretudo a edificação do novo Estado Soberano, começou por ser liderada e dominada por políticos, total ou parcialmente convencidos que a verdadeira modernização da sociedade moçambicana, passaria pela ruptura radical com o sistema internacional capitalista. Muitos analistas acreditam que uma nova estratégia de crescimento económico, terá emergido em Moçambique depois de 1975. Contudo, como se observa em muitos aspectos da natureza e da vida humana, as aparências iludem.

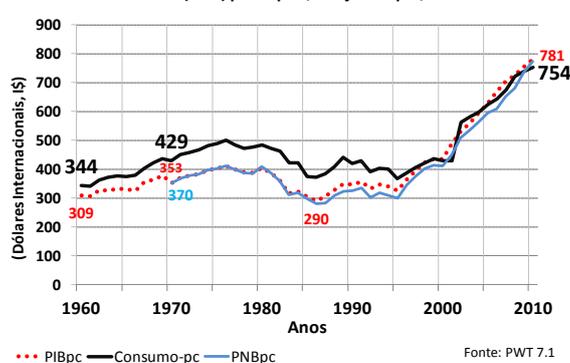
Sabendo que o consumo é o principal dos agregados macro-económicos entre os componentes da demanda interna, vale a pena meditar em alguns dos seus factos estilizados, para perceber o alcance e as implicações da manutenção de uma estratégia de crescimento,

crescimento do consumo per capita foi negativa (-0,9%), enquanto que a taxa de crescimento real do PIB per capital desceu para (-1,6%) ao ano. Uma tendência económica regressiva, em flagrante contraste com o enorme potencial de esperança da liberdade prometida e expectativa de benefício dos recursos naturais disponíveis. Consciente ou inconscientemente, a nova liderança política e governativa aceitou, de forma acrítica e equivocada, a fatalidade de poupanças domésticas baixas ou praticamente inexistente, herdadas do período colonial. Por isso, na tentativa de promover e acelerar o crescimento económico, o Estado moçambicano recorreu a déficits cada vez mais elevados nas contas correntes, despoupança interna (pública e privada), taxas de câmbio não competitivas e investimento com poupança externa.

Esta foi a estratégia de crescimento seguida pela administração portuguesa, pelo menos na última década e meia do período colonial, se bem que com duas diferenças importantes. Primeiro, apesar das limitações impostas pelo governo central português à internalização do capital nas colónias, o Estado colonial promovia cada vez mais a acumulação de excedentes internos. Em contrapartida, o novo Estado radicalizou e levou ao extremo a despoupança interna em prol do consumo e contra a acumulação de capital nacional. Isto é confirmado pela aceleração no ritmo de consumo comparativamente ao PIB. Entre 1975 e 1983, o consumo em proporção do PIB aumentou de 121% para 134%; o investimento em proporção do PIB reduziu no mesmo período, de 12% para 7%. Em menos de uma década, a opção de crescimento com poupança negativa ou despoupança interna, agravou-se de tal maneira, que em 1984 Moçambique encontrava-se tecnicamente falido.

Os dados aqui apresentados são suficientes para suportar a afirmação inicial neste texto, que o verdadeiro espírito independentista foi na prática contrariado, para não dizer traído pela aposta do Estado Soberano, num crescimento com despoupança interna e desacumulação de capital nacional. Não admira, que palavras de ordem famosas, repetidas e exaltadas insistentemente no período revolucionário, como “contar com as próprias forças”, cedo se tenham revelado slogans vazios e enganadores. Se entendermos “próprias forças” como capacidade endógena de gerar poupança e acumulação de excedentes, nunca antes Moçambique foi tão

Figura 1: Consumo, Produto Interno Bruto (PIB) real e Produto Nacional Bruto (PNB) per capita, Moçambique, 1960-2010



com poupança externa, depois da Independência de Moçambique.

Em 2010, o consumo total moçambicano (privado e público) foi de 97% do PIB, mas foi apenas o sexto ano consecutivo, com um consumo inferior a 100%, depois de várias décadas, em que o País integrou o grupo de países com consumo acima do PIB. Convém referir que em geral, o consumo representa a maior proporção da renda produzida. Por exemplo, em 2010, o consumo mundial atingiu os 83% do PIB, de um total de 189 países contemplados na PWT 7.1; ou seja, a nível mundial, a poupança em proporção do PIB foi de 17%.

Na década 1974-84 o consumo moçambicano rondou os 124% do PIB, dos quais 115% foi o consumo privado e 9% o consumo público. Nesta década, a taxa média anual de

dependente das “forças dos outros”, como na primeira década de independência. A liderança política tentou camuflar e legitimar tal dependência, com retórica ideológica e recorrendo à poupança externa, dos ex-países socialistas; mas no final, foi uma substituição puramente paroquial das fontes, de curta duração, em vez de uma mudança substantiva e progressiva da estratégia de crescimento económico.

1984-87: RUPTURA... DE QUE TIPO?

Em meados da década de 1980, a bancarrota era eminente, com a agravante da guerra civil que ameaçava empurrar Moçambique para uma situação de Estado Falhado. Felizmente, esta situação motivou o ex-Presidente de Moçambique Samora Machel, a aceitar reformas económicas liberalizadoras, sob a tutela das Instituições de Bretton Woods. Os resultados positivos não tardaram a revelar-se.

Após a adesão ao FMI e à introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987 - uma mistura de programa liberalizador e intervencionista - a involução económica anterior foi estancada e revertida. Na década 1984-1994, o consumo médio atingiu 123% do PIB, dos quais 114% era privado e 8% público. O consumo atingiu o pico em 1983 (136% do PIB), enquanto os níveis de produção per capita atingiram o ponto mais baixo em 1986: \$Int. 290, um nível inferior ao de 1960 (Figura 1). Depois de 1987 o crescimento do PIB retomou taxas positiva (média anual de 0,7%, em 1984-94), mas a taxa de crescimento do consumo per capita permaneceu ainda negativa (-0,5%), durante algum tempo (Tabela 1).

A partir de 1994, a taxa de crescimento média anual do consumo per capita tornou-se persistentemente positiva; mas diferentemente da

Anos/ Períodos	Consumo		Produto Interno Bruto		Produto Nacional Bruto		Consumo em Percentagem do PIB			
	per capita	Taxa de Cres.	per capita	Taxa de Cres.	per capita	Taxa de Cres.	Total	Privado	Público	Invest.
1960-74	407	2.4%	350	1.8%			116	109	7	9
1974-84	470	-0.9%	381	-1.6%	379	-1.7%	124	115	9	11
1984-94	405	-0.5%	330	0.7%	310	-0.1%	123	114	8	13
1994-04	457	3.6%	445	4.9%	420	5.2%	103	96	8	19
2004-10	680	3.7%	694	4.8%	659	5.3%	98	89	9	15
1975-2010	486	1.2%	442	1.9%	423	1.9%	113	105	8	15
1997-2010	574	4.8%	581	5.4%	551	5.8%	99	91	8	18
2000-2010	615	4.9%	625	5.3%	593	5.7%	98	90	8	17
1960-2010	463	1.6%	415	1.9%	417	2.0%	114	106	8	13

Fonte: PWT 7.1

positiva, em 50 anos. Simultaneamente, o consumo real per capita cresceu a uma taxa média anual de 4,9%, contra os 5,3% e 5,7%, do PIB e do PNB, respectivamente (Tabela 1). Apesar de o consumo ter tido taxa relativamente elevadas, diferentemente das décadas anteriores, estas mantiveram-se inferiores às taxas de crescimento da produção, isto é, do PIB e do PNB.

Perante estes factos, consideramos os anos 1984-87 como o período de ruptura mais importante na história económica pós-independência e início de uma nova tendência na dinâmica de acumulação de capital moçambicano. Mas que tipo de ruptura se tratou? Algo que indicie uma mudança substantiva na própria estratégia de crescimento económico? Ou trata-se de uma mudança, de tendência de crescimento, mantendo a dependência da poupança externa?

A nossa resposta inclina-se para a segunda questão, pelas seguintes razões. Primeiro, a contenção e reversão da tendência regressiva da economia moçambicana, tornou-se uma questão de sobrevivência do próprio Estado que a provocou. Segundo, a liderança política que continuou a controlar o Estado, mostrou-se em diferentes momentos e de formas diversas,

desconfortável e resentida com as reformas que teve de introduzir. Ainda hoje, alguns dos protagonistas consideram ter sido coagidos a fazer reformas económicas; uma notável confissão do pessimismo e cinismo, que tem envolvido o retorno à dependência da poupança externa do sistema económico, que se aspirava eliminar. Terceiro, nas condições de fragilidade em que a economia moçambicana se encontrava, não é de admirar que a poupança externa

tenha gerado crescimento económico; considerando o seu volume massivo, a sua prolongada duração, e activo envolvimento na economia nacional. Quarto, com forças políticas e actores económicos mais distribucionistas do que progressistas, é duvidoso que os parceiros internacionais do Estado Moçambicano, acreditem que Moçambique seja capaz de

assegurar um quadro macro-económico mais estável e robusto do que aquele que tem sido conseguido com um crescimento ancorado na poupança externa. Quinto, se a aposta na exploração dos recursos minerais e energéticos se concretizar, muito provavelmente a dependência relativa do crescimento da poupança externa, aumentará e agravar-se-à a convivência com déficits mais elevados nas contas correntes.

INCENTIVAR O QUÊ: CONSUMO, POUPANÇA, AMBOS?

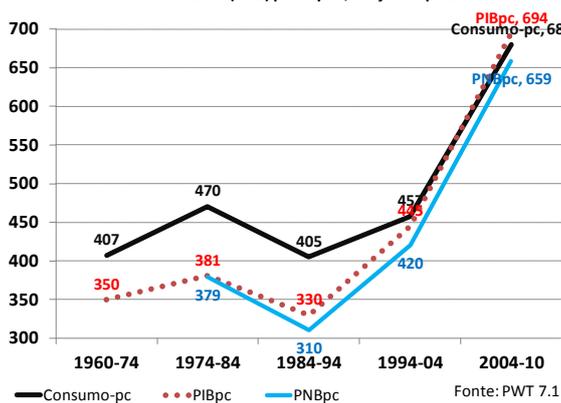
O tempo dirá se a longo prazo, a estratégia de crescimento com poupança externa, poderá libertar o processo de transformação económica moçambicano em desenvolvimento económico, em vez de mero “país em sub-desenvolvimento”. Por enquanto, as evidências mostram um processo em vias de sub-desenvolvimento, porque a economia de Moçambique se tem estruturado, crescido e alicerçado num financiamento externo, orientado principalmente para o consumo em vez do investimento.

Entre 1960 e 2010 a taxa anual de poupança externa rondou, em média, os 27% do PIB (cerca de \$Int. 1,6 mil milhões, por ano), da qual 52% foi para o consumo e os restantes 48% para o investimento (cerca de \$Int. 780 mil milhões, por ano). Obviamente, tais médias ocultam importantes variações ao longo do tempo. Por exemplo, entre 1960 e 1997, a despoupança média anual rondou os 19% do PIB, enquanto que nos últimos 12 anos da série considerada, a poupança interna tornou-se ligeiramente positiva (1,3% do PIB ao ano).

Difícilmente se pode esperar, muito menos desejar, que os moçambicanos reduzam os actuais níveis de consumo per capita, que continuam entre os mais baixos do mundo e muito aquém da média mundial (em 2010, rondou os \$Int. 9266). De qualquer forma, volvidas quatro décadas após a independência, os moçambicanos confrontam-se actualmente com o mesmo dilema: continuar refém da poupança externa, ou optar por uma estratégia de crescimento que garanta que o actual ritmo do crescimento do consumo seja sustentado por um crescimento económico, assente na melhoria da produtividade dos factores de produção. Como ilustra a Figura 2, ainda que a diferença entre o PIB e PNB seja relativamente pequena, na última década, o PIB ultrapassou o consumo, mas o PNB não.

Tanto a teoria económica como a experiência dos países que lograram crescimento e desenvolvimento económico sustentável, ao longo do último século, mostraram que a poupança externa joga um papel importante, numa economia aberta; mas tal papel só será útil para a economia nacional, se a poupança externa complementar a poupança interna, em vez de a substituir, como tem se verificado em Moçambique, desde meados do século XX.

Figura 2: Consumo Médio Decenal do Produto Interno Bruto (PIB), do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita, Moçambique 1960-2010



última década colonial e primeira pós-independência, passou a ser inferior às taxas de crescimento do PIB e do PNB. No início do corrente século XXI, Moçambique conseguiu finalmente atingir e ultrapassar os níveis médios de produção e consumo per capita de 1975. Por outro lado, nesta primeira década, a economia moçambicana alcançou dois feitos inéditos. A poupança média interna foi pela primeira vez